LAICIDADE E RELIGIÃO NO INTERIOR DA BAHIA: as manifestações do sagrado na educação básica

José Marcelo Domingos de Oliveira¹
João Alves do Nascimento²

Grupo de Trabalho (GT): GT4 Política, Laicidade e Ensino Público

Resumo

Este estudo examina a delicada fronteira entre laicidade e educação no município de Paripiranga, Bahia. A pesquisa tem como ponto de partida a participação de estudantes da educação básica (estadual e municipal) em eventos religiosos, como funerais, festas católicas e celebrações. O objetivo é revelar a complexa rede de influências que a educação formal exerce em prol da cidadania, mantendo-se atrelada à religiosidade, mesmo sem uma conexão formal com o currículo de ensino religioso. A metodologia empregada envolve pesquisa de campo, com coleta de dados por meio de observação participante e entrevistas em profundidade com professores, coordenadores pedagógicos, diretores de escolas, alunos, pais e líderes religiosos (padres, pastores e outros religiosos). Os resultados preliminares indicam que a mentalidade local está fortemente vinculada a valores religiosos, o que facilita a inclusão espontânea de momentos religiosos ao longo do ano letivo, permitindo a participação de professores e alunos em manifestações religiosas sem implicar uma tendência ao ensino confessional.

Palavras-chave: Laicidade; Ensino Público; Religião; Bahia.

1 Introdução

Paripiranga, agosto de 2009. Um cortejo fúnebre percorria as ruas em direção à Igreja Matriz. À frente, um estudante carregava uma coroa de flores, seguido por duas fileiras formadas por colegas de uma escola municipal. O silêncio era interrompido apenas pelos passos lentos dos familiares e membros da comunidade, que acompanhavam os ritos finais do sepultamento.

¹ Doutor em Ciências Sociais pela UFRN. Contato: m13oliveira@hotmail.com

² Doutorando em Sociologia pela UFS. Professor da Educação Básica do Estado de Sergipe. Contato: <u>joaoalves0559@gmail.com</u>

A cena evocava o antigo costume de levar os mortos à igreja para as últimas exéquias, onde familiares, amigos e conhecidos prestavam suas homenagens. Este gesto, além de demonstrar respeito à família, também reforçava os laços comunitários.

No entanto, essa prática levanta preocupações, especialmente entre aqueles que consideram as questões sanitárias. A entrada de féretros em templos religiosos, muitas vezes inadequados para uma limpeza rigorosa após a retirada do caixão, pode ser problemática, considerando o risco de liberação de líquidos corpóreos. Além disso, esse ato simboliza o último contato do corpo com os ritos sagrados, destacando a tensão entre tradições religiosas e as exigências da modernidade, principalmente quando estudantes da rede pública de ensino estão envolvidos.

Episódios como esse têm ocorrido com frequência ao longo dos anos, o que levou à realização desta pesquisa sobre laicidade no interior da Bahia. A investigação busca responder à seguinte pergunta: Como as práticas religiosas inseridas no cotidiano escolar de Paripiranga, Bahia, influenciam a formação cidadã dos estudantes na educação básica?

Dado que este tema ainda não foi explorado em estudos anteriores no município, optou-se por uma abordagem exploratória, utilizando a observação participante e entrevistas em profundidade como principais técnicas de pesquisa.

2 Fundamentação teórica

A laicidade, que se refere à separação entre Estado e Igreja, tem suas raízes históricas na Revolução Francesa de 1789 (Gautherin, 2014). Este marco histórico deu origem a uma clara distinção entre as esferas secular e religiosa, sem necessariamente rejeitar os valores religiosos, mas sim removendo-os como base exclusiva para as ações governamentais. No contexto brasileiro, o Estado manteve um caráter confessional até a promulgação do Decreto n. 119-A, em 7 de janeiro de 1890, que formalizou a separação entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica (Veiga, 2024).

Antes desse decreto, o catolicismo não só era a religião oficial, mas também desempenhava um papel central na educação, com grande parte das escolas sob a responsabilidade de ordens religiosas. Com a nova Constituição, houve uma separação institucional entre Estado e Igreja, levando à laicização das instituições públicas e à diminuição da influência religiosa nas políticas educacionais e administrativas do país. Contudo, esse processo foi gradual e complexo, refletindo as profundas conexões culturais e sociais do catolicismo na sociedade brasileira. A laicidade foi estabelecida como um princípio constitucional que, apesar de não negar a importância da religião, assegura que o

Estado mantenha uma postura neutra em relação às diversas crenças, promovendo a liberdade religiosa e a pluralidade de ideias em sua atuação.

A Igreja Católica, naturalmente, resistiu à decisão tomada pelos franceses (Weil, 2006) e, posteriormente, à sua adoção no Brasil, pois isso significava uma perda significativa de poder na sociedade, afetando seu papel como religião oficial. Contudo, a concepção de laicidade no final do século XIX difere da contemporânea, que agora é vista sob a perspectiva da "laicidade de reconhecimento" (Rodrigues, 2013), sugerindo um modelo mais flexível. Por isso, este estudo segue as ideias de Baubérot e Milot (2011), que consideram a laicidade um processo em constante construção.

Giumbelli (2002) aponta que, embora o Brasil tenha adotado a ideia de laicidade, o país nunca abandonou completamente sua conexão religiosa. Isso é evidenciado pela profunda religiosidade da população brasileira, apesar do aumento do número de pessoas que se identificam como sem religião nos censos recentes. Ainda assim, muitas pessoas mantêm múltiplos vínculos religiosos (Setton; Valente, 2016), o que demonstra que, embora o Brasil seja um Estado laico, sua cultura não pode ser considerada totalmente secularizada (Cunha, 2013). Além disso, os símbolos religiosos continuam a ter significado na sociedade.

Dessa forma, a compreensão do Estado laico é fundamental para garantir a liberdade religiosa, pois impede o Estado de se vincular a uma única denominação, ao mesmo tempo em que assegura ao cidadão o direito de escolher e praticar sua fé livremente.

O ensino laico no Brasil começou a se consolidar com a Constituição de 1891, que sugeriu uma laicidade curricular (Hilsdorf, 2006). No entanto, a Constituição de 1934 reintroduziu o ensino religioso nos currículos escolares (Andrade, 2014), o que foi mantido na Constituição de 1946 (Oliveira; Penin, 1986) e durante o Regime Militar (1964-1985). Embora a Constituição de 1988 não tenha mencionado explicitamente a palavra "laico", o princípio está implícito em várias passagens relativas aos Direitos Fundamentais, mostrando que o tema ainda é polêmico e gera debates na sociedade (Oliveira, 1989).

A regulamentação do ensino religioso está prevista no art. 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei n. 9.394/1996), que o reconhece como parte integrante da formação do cidadão.

Em 2010, o Governo brasileiro firmou um acordo controverso com a Santa Sé, prevendo o ensino religioso como facultativo nas escolas públicas de educação básica. Naquele ano, a Secretaria de Educação do Rio de Janeiro reduziu as horas/aulas de Biologia para aumentar a carga horária de Ensino Religioso (Valente, 2010).

Para a análise dos dados, é relevante considerar a teoria de Simmel (2011) sobre religiosidade, que oferece argumentos importantes para entender a relação do cidadão como mundo.

3 Metodologia

Este estudo utiliza uma abordagem qualitativa exploratória para examinar a interação entre laicidade e práticas religiosas no ambiente escolar em Paripiranga, Bahia. A pesquisa foi conduzida no município de Paripiranga, localizado no interior da Bahia, com foco nas escolas da rede pública. O público-alvo incluiu professores, coordenadores pedagógicos, diretores de escolas, estudantes, pais e líderes religiosos, como padres e pastores locais (Minayo, 2010; Gil, 2019).

A coleta de dados ocorreu entre março de 2022 e junho de 2023, empregando principalmente duas técnicas: observação participante e entrevistas em profundidade. A observação participante foi realizada em eventos escolares e comunitários que envolviam práticas religiosas, permitindo a documentação detalhada das interações e rituais observados, além da dinâmica das relações entre os diferentes atores sociais. As entrevistas em profundidade foram conduzidas com membros da comunidade escolar e líderes religiosos, utilizando um roteiro semiestruturado que explorava a percepção sobre a laicidade, a presença de práticas religiosas no cotidiano escolar e seus efeitos na formação cidadã dos estudantes.

A análise dos dados foi realizada por meio de análise de conteúdo (Franco, 2008), onde as transcrições das entrevistas e as anotações de campo foram organizadas em categorias temáticas. Essas categorias foram examinadas para identificar padrões, semelhanças, divergências e possíveis impactos das práticas religiosas sobre o princípio da laicidade na educação básica.

Em relação aos aspectos éticos, a pesquisa seguiu rigorosamente as diretrizes éticas para estudos com seres humanos. Todos os participantes foram devidamente informados sobre os objetivos do estudo e a participação foi voluntária, com garantia de anonimato e confidencialidade das informações obtidas. O estudo respeitou as normas de consentimento informado, assegurando que os dados pessoais e sensíveis fossem tratados com discrição e respeito.

4 Resultados e Discussão

Os resultados da pesquisa sobre a interação entre laicidade e práticas religiosas na educação básica em Paripiranga revelam uma relação complexa entre as tradições religiosas locais e a aplicação do princípio da laicidade nas escolas públicas do município. Observou-se que as práticas religiosas, como a participação de alunos em eventos fúnebres e celebrações católicas, estão profundamente enraizadas na cultura local e têm um impacto significativo na experiência educacional.

Durante a observação participante, ficou evidente que as práticas religiosas estão frequentemente integradas ao cotidiano escolar. Em eventos como o cortejo fúnebre mencionado, a participação de estudantes e o envolvimento em rituais religiosos, mesmo fora do horário escolar, indicam uma fusão entre a vida escolar e as tradições religiosas da comunidade. Isso sugere que a laicidade, como princípio que separa o Estado da religião, enfrenta desafios em face de práticas culturais fortemente arraigadas.

As entrevistas realizadas com professores, coordenadores pedagógicos, diretores e líderes religiosos reforçaram essas observações. A maioria dos entrevistados reconheceu a relevância das práticas religiosas na vida comunitária e não considerou sua presença nas escolas como problemática. No entanto, alguns demonstraram preocupação com a necessidade de manter a laicidade nas atividades escolares formais, destacando a importância de garantir que o currículo escolar não favoreça uma religião específica.

A análise de conteúdo revelou que, apesar da separação formal entre religião e Estado estabelecida pela Constituição e pela legislação educacional, as práticas religiosas ainda desempenham um papel significativo no ambiente escolar em Paripiranga. O estudo identificou que, embora as práticas religiosas não estejam formalmente integradas ao currículo, elas ocorrem de maneira implícita e naturalizada, sendo vistas como parte do contexto cultural e social, e não como uma transgressão ao princípio da laicidade.

Além disso, a pesquisa apontou que a inclusão de práticas religiosas na vida escolar pode fortalecer o sentimento de pertencimento e coesão entre os alunos e a comunidade, algo considerado positivo por muitos dos participantes. Contudo, isso levanta questões sobre como a laicidade é aplicada na prática, especialmente em contextos onde a cultura religiosa local é marcante e as fronteiras entre o espaço escolar e as práticas religiosas podem se tornar menos definidas.

O estudo também ressalta a importância de um diálogo contínuo sobre a implementação e o respeito à laicidade em contextos onde as práticas religiosas desempenham um papel cultural e social relevante. As evidências sugerem que, embora a laicidade seja um princípio constitucional, sua aplicação pode variar dependendo do contexto local e da natureza das práticas culturais envolvidas.

Em conclusão, os resultados da pesquisa indicam que, em Paripiranga, as práticas religiosas estão profundamente integradas à vida escolar e comunitária, o que pode desafiar uma aplicação rigorosa da laicidade. A pesquisa sugere a necessidade de um equilíbrio cuidadoso entre o respeito às tradições locais e a preservação do princípio da laicidade nas instituições de ensino.

5 Considerações Finais

O estudo da relação entre laicidade e prática religiosa nas escolas de Paripiranga revela várias conclusões importantes sobre o que esse princípio significa no dia a dia. Em primeiro lugar, foi estabelecido que práticas religiosas são centrais para a vida escolar. Funerais e celebrações religiosas são frequentes e envolvem estudantes, o que reflete a interação entre a vida escolar e práticas religiosas comunitárias. Essa conclusão é relevante para a conclusão da pesquisa, pois torna atual esta questão.

Essa integração, embora relevante, apresenta desafios à aplicação estrita da laicidade nas escolas. Apesar de a laicidade ser um princípio constitucionalmente garantido, na prática, a presença de práticas religiosas no ambiente escolar pode enfraquecer a separação entre a educação e as tradições religiosas. Em muitos casos, a incorporação de elementos religiosos é percebida positivamente, fomentando um senso de pertencimento e coesão entre os estudantes e a comunidade, sugerindo que, para alguns, a presença dessas práticas não é vista como uma violação da laicidade, mas como uma expressão natural da cultura local.

Entretanto, os resultados indicam que é necessário encontrar um equilíbrio entre o respeito às tradições religiosas locais e a aplicação efetiva da laicidade nas instituições de ensino. Implementar a laicidade pode exigir uma abordagem mais adaptável, que considere as realidades culturais locais. As políticas educacionais devem levar em conta essas especificidades culturais e religiosas ao aplicar o princípio da laicidade, reconhecendo e respeitando a diversidade sem comprometer a neutralidade do Estado.

Em síntese, o estudo revelou que, em Paripiranga, as práticas religiosas continuam desempenhando um papel significativo na vida escolar, refletindo a complexidade de aplicar a laicidade em contextos culturais específicos. A pesquisa oferece uma análise crítica sobre a coexistência entre tradições religiosas e laicidade, ressaltando a importância de um diálogo contínuo para ajustar as práticas educacionais à realidade cultural local.

Referências

BAUBÉROT, Jean; MILOT, Micheline. Pensando a "laicidade": conceito útil para além do contexto francês. *INTERAÇÕES* - Cultura e Comunidade, Uberlândia, v. 7 n. 11, p. 199-203, jan./jun. 2011. Disponível em: file:///C:/Users/m13ol/Downloads/6197-Texto%20do%20artigo-23661-1-10-20131119.pdf. Acesso em: 23 ago. 2024.

CUNHA, Luiz Antonio. O sistema nacional de educação e o Ensino Religioso nas escolas públicas. *Educação* & *Sociedade*, v. 34, n. 124, p. 925-941, jul./set., 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/xVnHRfKgFZKDZGf3bP6ZZTc/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 23 ago. 2024.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Brasília, DF: Liber Livro, 2008. 79 p. (Pesquisa; 6).

GAUHERIN, Jacqueline. Le "modèle républicain" en France: un modèle sous tension. *Histoire*, Monde et Cultures Religieuses, v. 32, p. 43-53, 2014. Disponível em: <u>https://www.cairn.info/revue-histoire-monde-et-cultures-religieuses-2014-4-page-43.htm</u>.

Acesso em: 23 ago. 2024.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Giumbelli, E. *O fim da religião* – dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França. São Paulo: Attar. 2002.

HILSDORF, M. L. S. *História da educação brasileira*: leituras. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. *O desafio do conhecimento*: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. 407 p. (Saúde em Debate, 46).

OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela de; PENIN, Sonia Terezinha de Souza. A educação na constituinte de 1946. *Revista da Faculdade de Educação*, v. 12, n. 1-2, p. 261-288, 1986. Disponível em: file:///C:/Users/m13ol/Downloads/sibi,+v12n1-2a14.pdf. Acesso em: 23 ago. 2024.

OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela de. A educação na nova constituição: mudar para permanecer. *Revista da Faculdade de Educação*, v. 15, n. 1, p. 16-27, jan./jun. 1989. Disponível em: file:///C:/Users/m13ol/Downloads/sibi,+v15n1a02.pdf. Acesso em: 23 ago. 2024.

SETTON, Maria da Graça J.; VALENTE, Gabriela. Religião e educação: um estado da arte – 2003/2013. *Caderno CEDES*, v. 46. N. 160, p. 410-440, abr./jun. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/mwXWs3cQr63dygtmXhp3MBn/?format=pdf. Acesso em: 23 ago. 2024.

SIMMEL, G. Religião: ensaios. São Paulo: Olho d'água, 2011. (v. 1 e 2).

VALENTE, G. Diferentes propostas curriculares para o Ensino Religioso e suas consequências para a laicidade do Estado. Trabalho complementar de curso. São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

VEIGA, Edison. Deus na Constituição e religião na escola: a intrincada história da separação entre Igreja e Estado no Brasil. Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd1z547xjdwo. Acesso em: 23 ago. 2024.

WEIL, George; SEBASTIAN, Teresa Muñoz. *Historia de la idea laica en Francia en el siglo XIX*. Disponível em:

https://www.comunicacionsocial.es/media/comunicacionsocial/files/sample-108055.pdf Acesso em: 23 ago. 2024.